

GERAÇÃO WEB 2

«Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades» ■

A QUESTÃO QUE SE COLOCA HOJE em dia às instituições culturais reside em identificar e caracterizar os novos perfis de utilizadores e subsequentemente adotar os métodos mais adequados para dar resposta a novos tipos de solicitações. Embora aparentemente simples trata-se de um processo muito complexo e extraordinariamente consumidor de recursos. Tanto na apreensão das novas tecnologias que se encontram disponíveis e que diariamente se modificam, como na capacitação de competências adequadas às exigências dessas mesmas tecnologias.

A conferência anual da Europeia decorrida em Amsterdão entre os dias 13 e 15 de outubro do presente ano veio sistematizar estas realidades. Sob o tema geral de «Cultura Aberta», foram apresentados e discutidos vários aspetos relativos a formas de funcionamento e modelo de negócio da Europeia que passa necessariamente pelas formas de cooperação por parte dos detentores de conteúdos que desejem aderir à rede europeia. Foram discutidas ainda novas formas de acesso da informação. Alguns aspetos relevantes a salientar:

1) **User Content Generated**. Ou seja a possibilidade dos utilizadores contribuírem diretamente para a descrição dos recursos culturais.

Esta nova forma de cooperação permite o eventual enriquecimento das descrições existentes aproveitando o conhecimento potenciado pela sinergia coletiva e individual dos utilizadores. As experiências relatadas permitem ainda identificar a vantagem de criar por parte do público uma receção de pertença do património refletida num maior valor e apreço reconhecido por parte dos agentes públicos. No entanto estes processos carecem de uma mediação institucional para serem efetivamente válidos.

2) **Linked open data**, ou seja a possibilidade de relacionar metainformação de recursos diferentes. A vantagem daí decorrente é permitir potenciar a possibilidade de recuperação de informação relacionada diminuindo de forma objetiva o acaso na descoberta de recursos pertinentes para o objetivo pretendido.

3) **Reutilização de metainformação** de forma a ser adicionada e remisturada para aumentar a eficácia do acesso. A cooperação com alguns dos principais agentes da Web, nomeadamente a Google e Wikipedia estiveram também na ordem do dia.

Salientemos que estes novos processos para tornar acessível a informação merecem ainda algumas reservas por parte das instituições. Aspetos legais e de controlo

necessitam ser mais esclarecidos e compreendidos antes de serem inteira ou parcialmente adotados. A representação da informação de arquivo tal como ela existe atualmente e que obedece a critérios e princípios pouco flexíveis imbricadas nos próprios processo de organização dessa mesma informação (e no contexto do acesso há que diferenciar claramente organização de representação) pode ser questionada.

No entanto uma coisa parece certa. O debate é imprescindível. E deve-se tratar de um debate aberto e participativo em que tenham lugar todos os agentes culturais assim como o público no seu duplo papel de possível ator interventivo na descrição e preservação do património e de consumidor da informação.

Para os arquivistas e outros profissionais da informação coloca-se (de novo) a questão, admiravelmente levantada em tempos por Adrian Cunningham:

Embora o documento possa ser um mestre severo, a nossa condição humana impõe-nos valores mais altos que por vezes nos deveriam levar a colocar os seus imperativos teóricos em segundo lugar. A quem ou a quê realmente servimos?

Francisco Barbedo

SUBDIRETOR DA DGARQ

Arquivo Distrital de Castelo Branco ■

DO LENTO E PROLONGADO TEMPO que levou a cobertura do país com uma rede de arquivos regionais baseados nos distritos, coube a este arquivo lugar de benjamim, por ser o mais recente de todos eles.

Não obstante a sua criação em Diário da Republica remontar a 1965, só em 1989 o Professor José Mattoso, então diretor do IPA (Instituto Português de Arquivos), deu corpo à instalação do arquivo, em local provisório, mandando iniciar a recolha de documentação. Procurava –se entretanto um novo espaço que, uma vez remodelado, albergasse de forma condigna a documentação que a este arquivo, como aos outros, compete recolher, tratar e disponibilizar aos cidadãos que por razões legais ou culturais o procuram.

Assim aconteceu em 1993 quando a chamada «Casa dos Motas» passou a ser a casa do Arquivo Distrital de Castelo Branco, sendo para aí transferidos os documentos já incorporados e tratados nas instalações provisórias sitas na rua J.A. Morão.

Localizado no centro da cidade e na zona histórica de Castelo Branco, o arquivo está instalado num antigo palacete burguês, de meados do séc. XIX e para o efeito adaptado. Tem vindo a cumprir o seu papel, quer na recolha e preservação da documentação, quer na garantia de acessibilidade dos cidadãos em geral. Aos cidadãos do distrito a proximidade do arquivo significa um conforto que enriquece a oferta cultural e a qualidade de vida das gentes do interior do país.

Com um espólio documental em crescendo, constituído pela documentação de incorporações obrigatórias provenientes das Conservatórias do Registo Civil, dos



Tribunais, dos Cartórios Notariais, o arquivo tem também documentação do Governo Civil, da atualmente designada Assembleia Distrital de Castelo Branco, das forças de segurança, de algumas autarquias e outras instituições entretanto extintas. Mediante protocolos de depósito estão também aqui recolhidos os fundos documentais históricos das Câmaras Municipais de Oleiros e Castelo Branco, sendo que neste último caso se trata também de um paradigmático exemplo de racionalização de recursos sem que do facto resulte menos qualidade do serviço prestado ao exercício da cidadania. A disponibilização de conteúdos no sítio do Arquivo permite aquilatar melhor da nossa capacidade de servir.

Duas salas de leitura, sendo uma para microfilmes, 7 depósitos, uma sala de colóquios e um circuito favorável à realização de uma determinada tipologia de exposições, têm permitido o cumprimento das suas funções.

Os chamados arquivos paroquiais, cujo interesse de há muito ultrapassou fronteiras e é até fonte de estreitamento de laços culturais e afetivos com a nossa gente em França e com

os filhos e netos dos que para as «Américas» e outros sítios rumaram à procura de uma outra vida. Sobretudo para eles, mas também para todos os outros utilizadores, funciona um discreto serviço de pesquisas

que, utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação, permite aceder à mais diversificada informação.

O Distrito de Castelo Branco não foi bem tratado no respeito pela sua documentação! Por incúria ou opção política muitos documentos desapareceram enquanto muita da documentação paroquial mais antiga encontrou abrigo na Torre do Tombo.

Mercê do empenho do Arquivo Distrital e das autoridades políticas locais a salvaguarda e a criação de arquivos municipais condignos tornou-se uma prioridade no Arquivo Distrital de Castelo Branco e é já hoje um objetivo em vias de total concretização.

É por isso esperança nossa e objetivo de futuro que este benjamim, à medida que se vai tornando maduro, seja cada vez mais uma instituição ao serviço da Cultura e dos estudos da nossa História Regional e Local, afinal «bebedouro» indispensável da História de Portugal, da História da Europa, da História de um Mundo de que todos fazemos parte.

Maria Clara Fevereiro

DIRETORA DO ARQUIVO DISTRITAL
DE CASTELO BRANCO

O Arquivo Histórico Militar ■

O ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR – AHM – é um órgão do Exército, com dependência hierárquica da Direção de História e Cultura Militar, que tem por missão guardar e preservar o património documental do Exército bem como proceder à sua divulgação e disponibilização. Inserido no Sistema de Arquivos do Exército incorpora a documentação e procede ao seu tratamento arquivístico de acordo com as regras em vigor no Exército e em obediência às normas internacionais de arquivos. Incorpora também documentação com valor histórico oriunda de outras proveniências, com destaque para as doações de espólios particulares de militares e civis ligados por razões diversas à instituição militar, bem como de pessoas, individuais ou coletivas, que procuram uma entidade que guarde e trate a sua documentação.

Também faz parte da missão do AHM a divulgação do património arquivístico do Exército, pelo que são editadas regularmente algumas publicações. Anualmente é publicado o *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, que este ano comemora sete décadas, destinado a reproduzir trabalhos de investigação histórico – militar de reconhecido valor, e documentos do maior interesse e, sempre que oportuno, a publicar inventários de documentos que constituem secções do Arquivo. Semestralmente publica-se o *Notícias do AHM* que visa divulgar as principais atividades do Arquivo durante esse período e que a partir do 2.º semestre de 2007, passou a ser disponibilizado *on-line*.

Durante muito tempo, o acesso à documentação era feito exclusivamente em presença, na Sala de



Leitura, com todas as limitações daí decorrentes.

Nos últimos anos disponibilizaram-se outras formas de acesso à documentação, nomeadamente, pedidos de pesquisa através do correio tradicional, fax e correio eletrónico e acesso às bases de dados do AHM através da sua página eletrónica. O horário de abertura ao público foi alargado, as instalações e acessibilidades foram objeto de melhoramentos e o património documental disponibilizado teve um aumento significativo.

Este novo modelo de divulgação das atividades do AHM abriu as portas a um público crescente, em número e em diversidade, o que tem constituído um desafio à capacidade das pessoas que nele trabalham.

Também a recente criação da Liga dos Amigos do AHM, constituiu uma ferramenta de grande valor para aumentar a sua projeção junto da comunidade em geral.

As parcerias, com organismos nacionais e internacionais, tornaram possível o tratamento e disponibilização de fundos documentais

da maior relevância. Destas, destacamos: o Projeto «Da Guerra Peninsular à Regeneração – 1801-1851», desenvolvido com o apoio do Plano Operacional da Cultura no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio, que permitiu produzir cerca de 1.380.000 imagens digitais já disponíveis *on-line*; o Projeto «GERMIL – Genealogia em Registos Militares» que tem como principal objetivo a recuperação da informação contida num conjunto de registos militares e o seu lançamento numa base de dados informática, considerando o período dos séculos XVIII e XIX; o Projeto «Campanhas d' África e I Guerra Mundial», apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian que permitiu organizar, descrever e digitalizar 8352 documentos fotográficos, que já podem ser consultados no AHM e, por fim, o Projeto «Iconografia de países da América Latina», apoiado pelo Programa ADAI – *Apoio al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos* no âmbito da *Cooperacion Iberoamericana*, que irá permitir disponibilizar cerca de 600 imagens digitais de iconografia e cartografia, cuja execução e conclusão está prevista para o final do presente ano.

A concretização dos trabalhos referidos só foi possível porque o Arquivo Histórico Militar tem fomentado a valorização dos seus recursos humanos. A presença de colaboradores seus em fóruns especializados tem permitido enriquecer os seus quadros, bem como divulgar o seu acervo.

Tenente Coronel Carlos Fonseca

DIRETOR DO ARQUIVO
HISTÓRICO MILITAR

5 de outubro, 100 anos depois: a doação de José Afonso Palla na Torre do Tombo ■

«O historiador que mais tarde desejar fazer a história da revolução de 1910 em Portugal, encontrará no nosso modesto trabalho, Verdade e Justiça, mas, para o poder aproveitar, carece de o ler com muita atenção, porque, não se ocultando traições, desânimos e defeitos dos homens, nenhum desses atos tem o relevo que a simples vista os faça notar.»

ASSIM COMEÇA O RELATÓRIO DE Machado Santos sobre os acontecimentos ocorridos nos dias 4 e 5 de outubro de 1910, e que se saldariam na implantação da República em Portugal. Editado, logo em 1911, pela Tipografia Liberty (conhecido ponto de encontro e local de conspiração de opositores republicanos), tornou-se uma obra de referência para o estudo da revolução, e em muito terá contribuído para a promoção do seu autor à condição de herói da revolução e «fundador da República».

Esta preocupação com a «Verdade e Justiça» moveu outros atores e testemunhas da revolução de 1910 a produzir textos análogos, resultando em pouco mais de 2 dezenas de monografias, editadas nos anos subsequentes. A estas, juntam-se depoimentos veiculados pela imprensa escrita. Jornais como *O Mundo* publicam testemunhos, cartas, relatórios, réplicas, defesas pessoais. Este jornal, dirigido então por França Borges, chega até a promover, em 1911, um inquérito tendente a estabelecer a verdade dos factos.

Ainda assim, algum do material produzido permaneceu inédito. Depois do compreensível desinteresse votado à matéria durante as quatro décadas do Estado Novo, a edição de fontes conheceu novo fôlego após o 25 de abril, materializado em publicações como *O meu depoimento*, em 1974 (cujo processo

de censura se encontra à guarda do Arquivo da Torre do Tombo), ou os *Relatórios sobre a Revolução de 5 de outubro*, iniciativa do jornalista Carlos Ferrão. Esta última foi editada em 1978 pela Câmara Municipal de Lisboa, e divulga em parte os relatórios que ingressaram na Torre do Tombo em 1 de setembro de 1911, remetidos pela repartição do Ministro da Guerra, constituindo o documento composto 4-43 da Gaveta 16. Em outubro de 2010, e no âmbito do trabalho desenvolvido, desde 2008, pelo Grupo de Trabalho para as Comemorações Municipais do Centenário da República, a CML vai reeditar, agora na íntegra, este conjunto documental, enriquecido com recursos iconográficos provenientes do Arquivo Fotográfico, notas biográficas dos autores – resultantes de investigação no Arquivo Histórico Militar e Arquivo Histórico da Marinha –, e atualização da toponímia.

Como se lê na nota de abertura à edição de 1978, «*com a sua publicação se divulgam agora algumas das melhores fontes para o conhecimento do movimento revolucionário ocorrido em Lisboa nos dias 4 e 5 de outubro de 1910*»; e, já em 17 de dezembro de 1910, afirmava o Governo Provisório da República, em Decreto da Secretaria da Guerra, poder «*formar seguro e completo juízo, não só sobre as sucessivas phases e episódios*

principaes d'esse movimento, mas também acerca da conducta de todos aquelles que n'elle mais se notabilisaram e bem merecem da Republica».

O recorrente recurso a esta publicação na bibliografia produzida desde então sobre a revolução republicana atesta a relevância dessa documentação e, em termos mais genéricos, a importância da publicação de fontes como motor da investigação de natureza historiográfica.

Já nestes relatórios oficiais, elaborados, como vimos, a pedido do Ministro da Guerra pelos responsáveis operacionais das unidades militares envolvidas, ressalta a diversidade de olhares sobre os acontecimentos e, em não menor medida, uma natural tendência para a autopromoção ou para a autolegitimação. São perspetivas pessoais, memórias vivenciadas, discursos comprometidos, «verdades» que só devem assumir-se depois de convenientemente interpretadas, expurgadas, confrontadas.

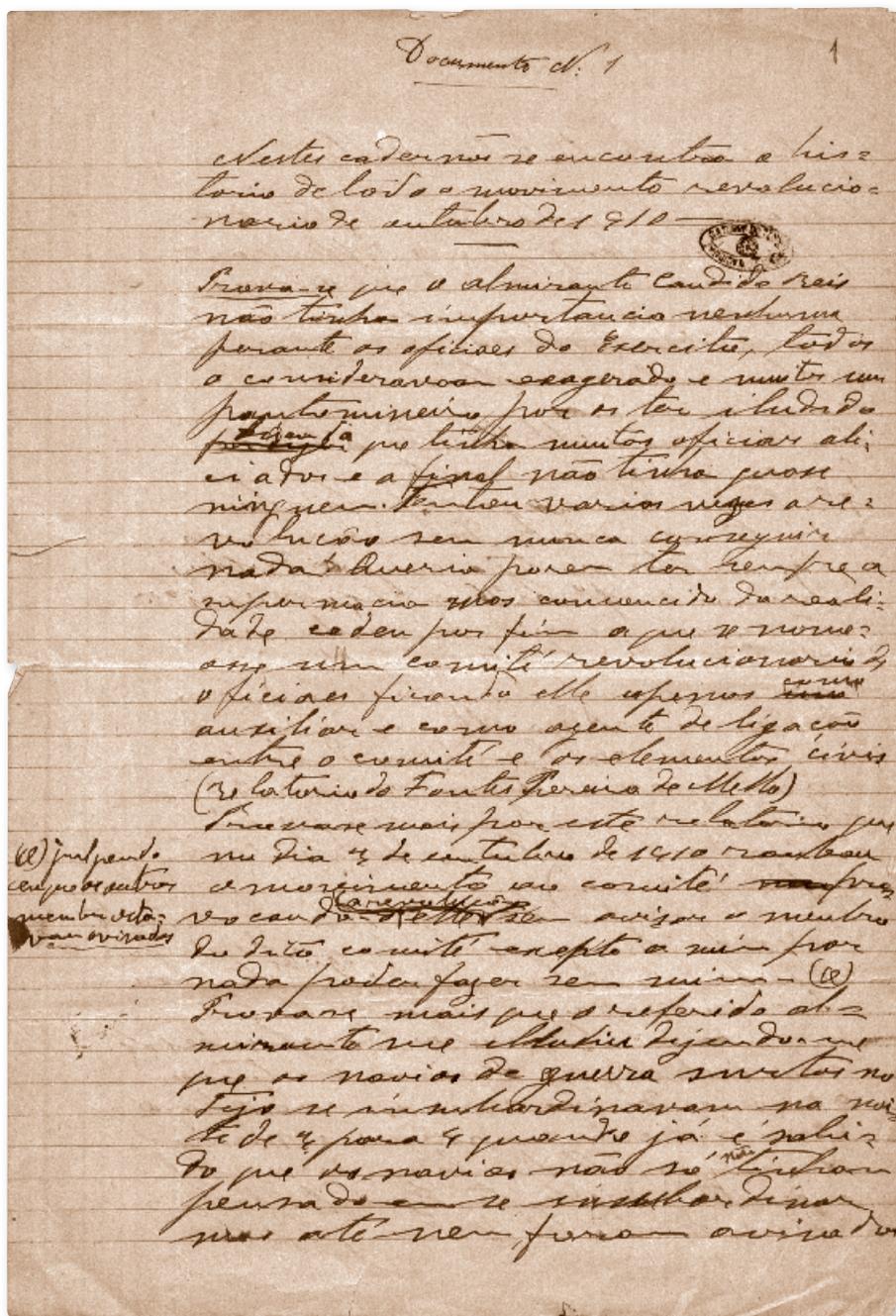
Da narrativa oficial perpetuada pela história, ao «herói» Machado Santos são contrapostos os «anti-heróis» José Afonso Palla e Alfredo Ernesto de Sá Cardoso. Responsáveis militares profundamente implicados na preparação e no comando operacional do golpe, a sua imagem ficará manchada pelo abandono da posição na Rotunda, horas antes do volte-face que viria a dar a vitória aos revolucionários. Mas esta «verdade» foi tudo menos consensual, há 100 anos atrás, e gerou polémicas, ódios e ataques pessoais. Não será errado considerar que no 5 de outubro se adivinham já as discórdias e a fervilhante

instabilidade dos curtos 16 anos da I República Portuguesa...

Será precisamente por indústria do «anti-herói» José Afonso Palla que chegam até nós novos contributos para a história da revolução republicana. Como reação ao ataque pessoal veiculado por Machado Santos, dá início à recolha de uma série de depoimentos (eventualmente para posterior edição) de participantes e testemunhas diretas dos acontecimentos. Mantido inédito enquanto conjunto documental (alguns dos depoimentos são já conhecidos por terem sido alvo de publicação, na imprensa periódica, como monografias, ou citados em outros relatórios, a título de prova), os 78 documentos (manuscritos, datilografados e impressos) que o compõem, entre os quais se encontra a célebre planta de Lisboa, onde Palla traçou, a lápis, o plano da revolução, ingressaram na Torre do Tombo por doação das herdeiras, em 30 de março de 1921, constituindo o maço 6 da Gaveta 23.

A intenção de defesa pelo ataque é óbvia. Ataque a Machado Santos, mas igualmente ao «mártir da revolução», almirante Cândido dos Reis. Para tal são convocados a testemunhar militares das mais diversas patentes e armas, membros das milícias civis, elementos da Carbonária e comerciantes da cidade de Lisboa.

Não afirmamos, como faz Palla em texto introdutório a este conjunto, que «nestes cadernos se encontra a história de todo o movimento revolucionário de outubro de 1910.» Mas temos por certo encerrarem estas páginas testemunhos vivos e emotivos cuja leitura poderá contribuir



PT-TT-GAV-23-6-1_mo001

para uma nova abordagem de um acontecimento decisivo da história do Portugal Contemporâneo.

Por este motivo, está prevista para o ano de 2010 a edição deste material, pela Câmara Municipal de Lisboa. Complementarmente, cópias digitais da documentação ficarão disponíveis

no sítio Web da Torre do Tombo, assim como as respetivas versões em formato de texto pesquisável.

João Carlos Oliveira

GRUPO DE TRABALHO PARA AS
COMEMORAÇÕES MUNICIPAIS DE
LISBOA DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

Cartulário de Lorvão, em edição fac-similada ■

COM DATA DE 2008, mas realmente já no decurso de 2009, no cumprimento de protocolo assinado entre o Diretor-Geral dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo e o Diretor do Archivo Histórico Diocesano de León, saiu em León a edição facsimilada do *Chartularium Laurbanense*, acompanhada por volume complementar com estudos devidos a diversos especialistas: *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, I – ed. fac-similada; II – *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis – Estudios e edición diplomática*, coord. José María Fernández Catón e Aires A. Nascimento, León, Centro de Estudios y Investigación «San Isidoro» / Archivo Histórico Diocesano, 2008. Ocupou-se da edição facsimilada César Olmos, da Editorial Testimonio, de Madrid.

Por razões várias (a mais decisiva das quais foi o falecimento de D. José María F. Catón, em 2 de dezembro de 2009), a sua apresentação a público foi protelada e ocorreu no dia 24 de setembro, em coincidência com Colóquio da Faculdade de Letras de Lisboa dedicado ao reino de Leão, e em articulação também com a celebração dos 1100 anos da fundação da cidade de León.

Conhecido como *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, ou, em português, *Livro dos Testamentos* (conforme fólio de rosto que lhe foi apenso em Alcobça, aquando da preparação do *Index Codicum*, editado em 1775), o cartulário de Lorvão é uma das primeiras recolhas documentais de que há memória na Península e nos arquivos portugueses, pois remonta a data próxima de 1120 (não são muitos os que na Península sejam anteriores: Saagún,

1110; Oviedo, 1101-1129; Braga, 1187; no chamado *Livro de Mumadona*, cujo documento mais recente é de 1100, a compilação é tardia, como comprova a escrita). Por «testamento» há que entender o mesmo que, a seu tempo, foi designado por «instrumento» (de prova) e «documento» (elemento de certificação), sem excluir o valor de «herdamento». Por cartulário entende-se códice / livro constituído por uma instituição (eclesiástica ou secular) ou por um indivíduo para nele reunir documentos de arquivo que digam respeito à certificação do seu património e dos seus privilégios ou direitos.

Pela sua antiguidade e singularidade, o cartulário lorvanense foi utilizado pelos cronistas alcobacenses, nomeadamente por Fr. Bernardo de Brito e por Fr. Manuel da Rocha, mas também por outros, como Fr. J. Santa Rosa de Viterbo (disso dão fé transcrições feitas, no *Elucidário*, de 1798), não se sabendo, porém, ao certo, quando chegou a Alcobça. Na Torre do Tombo, que foi, a seu tempo, depósito de Livrarias Monásticas em razão da extinção das Ordens Religiosas, em 1834, utilizou-o Alexandre Herculano, quando preparou os *Portugaliae Monumenta Historica*, com o apoio de José Manuel da Costa Basto, que o terá integrado no Fundo de Lorvão (Col. Basto, n.º 38).

Contrariamente ao que acontece com o chamado *Livro Santo*, de Santa Cruz de Coimbra (já na segunda metade do século XII e devido ao trabalho do cónego Pedro Alfarde), não tem este cartulário protocolo ou introdução que dê a conhecer as intenções da sua constituição nem vem referido a qualquer autoridade que o tenha planeado. É, no

entanto, verosímil que tenha sido constituído pelo sucessor do abade Eusébio (1085-1120), pois a memória deste vem já incluída no *Chronicon Abbatum Laurbanensium* que figura no verso do primeiro fólio. Aliás, o abade Daniel, que sucede a Eusébio, em 1120, não esconde a sua qualidade de notador, já que como tal continuou a proceder (ANTT, Lorvão, maço 2, doc. 27): «Daniel indignus abbas notuit».

A instituição de origem, o mosteiro de Lorvão, estava ao tempo sob pressão dos poderes eclesiásticos e dos poderes temporais, que se dispunham a retirar-lhe autonomia: o Conde D. Henrique e Dona Teresa, em 29 de julho de 1109, entregavam a propriedade do mosteiro ao bispo de Coimbra, a pretexto de dificuldades económicas que a catedral sofria, e certamente com intenção de aplicar orientações atinentes à reforma gregoriana e a submissão dos mosteiros ao poder diocesano: o bispo D. Gonçalo (1109-1128) foi executante dessa vontade, mas hesitou no modo de o fazer; não é pessoalmente mencionado no documento condal, certamente porque é posterior a sua consagração, mas as suas intervenções na instituição monástica lorvanense deixaram imagem negativa nos monges, pois dele se queixam em memória estabelecida em finais do séc. XII (1192-1200), assacando-lhe eles inclusivamente a compra do mosteiro: «omnem malum quod fecit nobis episcopus Gundisaluus quando comparauit illum monasterium». Os monges acusam o bispo de ter «comprado» o mosteiro, o que contraria o teor do documento henriquino, e lançam sobre ele um labéu de culpa – entre as queixas consta também a de que o bispo se apoderou de dez

vilas e igrejas. Pode conjecturar que, após a morte do abade Eusébio, o seu sucessor, para defender o mosteiro, quisesse reunir documentação que comprovasse direitos de propriedade: fê-lo num códice de pequenas dimensões (segundo novo modelo transpirenaico), que facilmente passava despercebido, mas no qual não deixou de manter apresentação formal qualificada, empregando nisso os copistas do mosteiro (seis a todo), orientados possivelmente por um diretor de scriptorium (aquele a quem se podem atribuir maior número de intervenções no cartulário e nos dois cronicões iniciais) – a análise paleográfica de J. M. Ruiz Asencio, em estudo do volume de estudos que acompanham a edição facsimilada, é decisiva pela pertinência e pelas conclusões que permite.

O conjunto de documentos do Cartulário de Lorvão é apenas de 82 (mais alguns de teor menor – conjunto muito inferior ao do Livro Preto da catedral de Coimbra, facto que não surpreende): deve advertir-se, no entanto, na falta de sequência entre o penúltimo e o último caderno e por isso temos de concluir que se perdeu material do cartulário primitivo, em data indeterminada.

Os documentos remanescentes abrangem um longo período de tempo que vai de 857 (data crítica por nós estabelecida) a 1120 (com complemento em data posterior); a distribuição é irregular em frações de tempo, como se pode verificar em períodos de vinte anos: 7 docs. 907-928; 15 docs. 933-954; 20 docs. 957-978; 15 docs. 980-1002. Os tempos dos abaciados apresentam também uma distribuição irregular: 927-943 – Mestálio, 11 docs.; 946-961 – Teodorico, 5 docs.; 966-985 – Primo,

30 docs.; 985-998 – Benjamim, 5 docs.; 1085-1120 – Eusébio, 8 docs. Porém, segundo observação já feita por Ruy de Azevedo, a ordem dos documentos no Cartulário não segue nem critério cronológico nem critério de autoridade, mas critério topográfico. Quanto ao teor do texto documental, há razões para em algum caso suspeitar que, sem adulteração substancial, tenha havido ajustamentos, por razões que o confronto com primitivos originais conservados deve pôr em relevo.

Materialmente, o pergaminho é de boa qualidade, embora se notem alguns defeitos de origem; a apresentação dos documentos é cuidada: a epígrafe é a tinta vermelha (esvanecida, hoje, algo por efeito de limpeza recente); no corpo do documento, destaca-se a letrina inicial bem como a maiúscula de início de frase, a vermelho sobre traçado a negro; a rébora vem realçada, por vezes a cor, outras vezes com floreados e esboços de assinaturas; não faltam, efetivamente, imitações de monogramas de assinaturas régias; a enumeração das testificações é dada umas vezes em linha longa, outras vezes em coluna dupla. A data é, em dois casos, apresentada segundo o estilo da hégira, mas com correspondência à Era hispânica. Os documentos são numerados na origem.

Tanto esmero parece dever interpretar-se como modo de mimar originais conservados em arquivo (eventualmente eliminados por não ser necessário mantê-los – aliás, como interpreta Pedro Alfarde, no protocolo inicial do *Livro Santo*, o traslado para cartulário intentava evitar a perda de documentos avulsos).

Quanto ao tipo de «ato», além de confirmações régias, apresenta o

Cartulário outros: doações, compra e venda, escambos, inventário de bens, auto de partilhas, composição (*placitum*) – remetemos para o estudo de Marta Herrero de La Fuente e de José Antonio Fernández Flórez (op. cit., pp. 243-304). Pela análise da escrita, J. M. Ruiz Asencio (op. cit., pp. 193-242) distingue no *Cartulário de Lorvão* seis mãos de copistas que escrevem em visigótica redonda elegante e muito similar, com forte influência carolina. Este mesmo paleógrafo pronuncia-se em favor de trabalho que eles, com outros, terão feito para códices de outro tipo, mas que infelizmente não chegaram até nós. Teríamos assim em Lorvão um scriptorium bem constituído (capaz de formar e manter um número considerável de agentes de escrita qualificados) e aberto a influências estrangeiras (documentadas desde o ano 1086 e prolongadas por um século) e não fechado sobre si (a influência transpirenaica vai ganhando terreno até ser dominante na década de 1120). Se os documentos foram salvos e os livros de leitura não foram, a única conjectura que podemos formar é que a leitura comum se afeiçoara à escrita «carolina» e considerava a «letra galega» (como em bom tempo foi designada a visigótica comum) fora já dos seus hábitos.

Outros estudos além dos mencionados (que seria longo comentar ou sintetizar) fazem parte do volume que acompanha a edição facsimilada: com eles se alargam horizontes (históricos, codicológicos, diplomáticos, e linguísticos) e se procura situar o *Chartularium Laurbanense* no quadro que mais convém.

Aires A. Nascimento

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Jornadas Europeias do Património ■



DE 24 A 26 DE SETEMBRO decorreram as Jornadas Europeias do Património, nas quais a DGARQ e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo participaram com a realização de uma cerimónia pública, que teve lugar no edifício da Torre do Tombo. Decorreram dois eventos de características diferentes, mas unidos pela mesma causa – a defesa, salvaguarda e valorização do Património documental.

Foi feita a apresentação da edição fac-similada e estudos de um dos mais antigos cartulários peninsulares, data próxima de 1120, – o *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*

Este «monumento» resultou de um protocolo de colaboração, assinado em agosto de 2007, entre a

Direção-Geral de Arquivos, o Órgão de Gestão da Obra Social da Caja Espanã de Inversiones, que patrocinou a obra e o Archivo Histórico Diocesano de León, coordenador da Coleção Fuentes y Estudios de Historia Leonesa, onde esta obra se insere com o n.º 125.

Da sua importância, nos fala o artigo do Prof. Aires do Nascimento, no Destaque deste mesmo número.

Esta obra confirma a importância que as parcerias podem e devem assumir para a salvaguarda e divulgação do Património documental. Neste caso concreto, a obra interessa particularmente aos dois Países Peninsulares, pois o seu original foi produzido «Quando Portugal ainda era Reino de Leão».

Na mesma cerimónia foi assinado um contrato de depósito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por 30 anos, com direito a consulta pública, do Arquivo de Família dos Condes da Ponte (ver a rubrica Novas Aquisições, neste número).

Procurou-se, no âmbito das Jornadas Europeias do Património, chamar a atenção para um património documental – os Arquivos de Família – tantas vezes esquecido e delapidado, e que parece finalmente começar a ocupar o lugar que merece no âmbito do Património Arquivístico Nacional.

Maria de Lurdes Henriques

COORDENADORA DO GABINETE DE REL. EXTERNAS E COOPERAÇÃO

Cooperação com Cabo Verde ■

NO ÂMBITO DA DINAMIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO Arquivística Internacional e da partilha do Património Arquivístico Comum e dando continuidade ao Protocolo assinado a 8 de junho do corrente ano, para a digitalização de um conjunto de documentos relativos a Cabo Verde, foi enviado ao Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 2 DVD, com 385 imagens, ocupando 6,39 GB, referentes à digitalização

de 1 Álbum fotográfico designado Santiago – Cidade Velha, pertencente ao Fundo documental da Mocidade Portuguesa.

As imagens em presença, constituem um excelente testemunho da Cidade e serão um elemento fundamental para integrar e entender a organização do espaço paisagístico da Cidade Velha, recentemente elevada à categoria de Património Mundial. ♦

Arquivos de Família: Colóquio Internacional ■

O COLÓQUIO INTERNACIONAL «Arquivos de Família, sécs. XIII-XIX», que se realizará em Lisboa nos dias 29 e 30 de outubro próximo, nas instalações da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – FCSH-UNL e da Direção – Geral de Arquivos – DGARQ, encerra um conjunto de iniciativas dedicadas à temática, realizadas desde outubro de 2009 «Arquivos de família em Portugal – Programa anual de atividades de sensibilização para a importância de um património em risco». Este evento contará com a participação, como conferencistas convidados, de quatro profissionais de renome da arquivística contemporânea: Terry Cook, professor da Universidade de Manitoba [Canadá], com décadas de experiência no ensino e investigação em arquivística, teórico dos novos paradigmas disciplinares e responsável pelo lançamento da macro-avaliação como operação fundamental do labor dos arquivistas; Christine Nougaret, docente na *École Nationale des Chartes* e, durante mais de duas décadas responsável pelo Serviço de Arquivos Privados dos *Archives Nationales de France*; Aranzazu Lafuente Urién, Diretora da *Sección Nobleza* do *Archivo Histórico Nacional* de Espanha, autora de vasta bibliografia sobre o tema; e Fernanda Ribeiro, arquivista e docente da Universidade do Porto, autora de livros fundamentais na renovação da área disciplinar da arquivística.

Abrem o colóquio duas figuras exemplares da intervenção cívica e profissional em prol da defesa do património arquivístico nacional, José Mattoso e António Pinto da França, bem como os responsáveis máximos pelas instituições envolvidas – a FCSH-UNL e a DGARQ, que



mantiveram uma frutuosa relação de cooperação desde o início do projeto. Em termos de comunicadores sobre o tema, em função de um *call for papers* aberto e internacional, estão presentes meia centena, dos quais 20 estrangeiros, num conjunto heterogéneo quanto a proveniências e ligações ao tema: arquivistas, investigadores, proprietários de arquivos de família. A posse ou a prossecução de qualificações e/ou formação avançada na área é muito comum (doutorandos, investigadores, docentes universitários, profissionais de serviços de arquivo). Não menos importante é a adesão de diversos proprietários de arquivos de família que veem dar a conhecer a riqueza dos acervos que detêm, manifestando vontade de os abrir, de algum modo, à investigação científica. A quantidade e qualidade das comunicações constitui uma relativa surpresa para a organização do Colóquio, apesar da convicção da importância do tema e da opor-

tunidade do tempo, e contribuirão seguramente para fazer do evento um momento de aprofundamento e debate de conhecimentos, e das atas, a publicar em 2011, um bom instrumento de trabalho.

O «Programa anual de atividades de sensibilização para a importância de um património em risco» foi lançado no âmbito do projeto de pós-doc, financiado pela FCT e alojado em duas unidades de investigação da FCSH: o Instituto de Estudos Medievais e o Centro de Estudos de História de Além-Mar. Centrado de início numa perspetiva

de trabalho mais teórica, envolvia porém vertentes de estudo patrimonial, nomeadamente uma tentativa de roteiro dos arquivos privados em Portugal. Em função do êxito da primeira iniciativa pública do projeto, a «Jornada sobre Arquivos de Família – Épocas Medieval e Moderna» (cfr. *Boletim da DGARQ*, n.º 9, junho de 2009), a vertente patrimonial ganhou relevância, e perspectivou-se, entre outras, a possibilidade de criação de estruturas públicas e privadas de apoio ao setor, unidas por parcerias. De forma a preparar o nascimento destas estruturas, criou-se uma dinâmica faseada e com temas candentes, na qual se inseriram as três iniciativas já realizadas do «Programa anual»: em outubro de 2009, as «Conferências inaugurais do Programa» e o «workshop sobre arquivos de família», nas instalações da DGARQ; em novembro, a sessão de estudos «Arquivos de família e investigação histórica», na FCSH; em fevereiro

Continua na página seguinte →

O Arquivo dos Condes da Ponte ■

→ Continuação da página anterior

de 2010 a jornada de estudo e debate «Salvaguarda e valorização dos arquivos de família. Aspetos legais e patrimoniais», que contou com a participação de Jacques Paviot, presidente da *Association Française pour la Protection des archives privées*. Antes do encerramento do Programa, com o colóquio que se avizinha, há a registar, para além da riqueza dos conhecimentos adquiridos, experiências trocadas e debates realizados, resultados institucionais concretos. De facto, formalizou-se em junho a criação da *Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados* e está em curso na FCSH um conjunto de iniciativas visando a continuação do trabalho em moldes científica e profissionalmente fundamentados. Foi aberta uma área de doutoramento em Arquivística Histórica no Departamento de História da FCSH, no âmbito da qual serão realizadas dissertações sobre arquivos de família; algumas Unidades de Investigação aí sediadas ponderam a apresentação de projetos de investigação na temática; e planeia-se a criação de um «Centro de estudo e apoio aos arquivos de família», com valências várias e disponível para unir as sinergias vindas da própria universidade (doutoramentos e investigações financiadas) às do setor arquivístico nacional (D GARQ) e à sociedade civil, em concreto, aos proprietários de arquivos de família que desejem ver protegido e difundido este património de valor insubstituível para os próprios e para toda a nação.

Maria de Lurdes Rosa
FCSH-UNL; IEM

POR CONTRATO ASSINADO EM 24 de setembro de 2010, entre Silvestre Lacerda, Diretor-Geral de Arquivos e Álvaro Ferrão de Castelo Branco, 10.º Conde da Ponte, o Arquivo dos Condes da Ponte deu entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na situação de depósito por um período de 30 anos, durante o qual permanecerá acessível à consulta pública.

O título de Conde da Ponte foi concedido a Francisco de Melo Torres (1610-1667), que desenvolveu atividades de extremo relevo como militar – participou como mestre-de-campo na Batalha do Montijo, comandando um dos terços que decidiu a vitória de Portugal – e como diplomata – foi o artífice da aliança entre Portugal e a França, tendo sido o negociador do casamento do rei Afonso VI de Portugal com Maria Francisca Isabel de Sabóia, duquesa de Nemours e d'Aumale.

Francisco de Melo Torres negociou, também, a aliança entre Portugal e a Inglaterra, concretizada no casamento do rei Carlos II de Inglaterra com a princesa Catarina de Bragança. Os brilhantes serviços diplomáticos de Francisco de Melo Torres foram publicamente reconhecidos, tendo-lhe sido concedido o título de 1.º Conde da Ponte, por Carta Régia de 16 de abril de 1661 e de Marquês de Sande, por Carta Régia de 21 de abril de 1662. Foi autor de obras científicas, políticas e diplomáticas.

Vários Condes da Ponte ocuparam, de forma notável, altos postos militares ou altos cargos da administração colonial, como José de Melo Torres, 3.º Conde da Ponte (1686-1754), que foi governador da Ilha

da Madeira e vice-rei da Índia; João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, 6.º Conde da Ponte (1773-1809), que foi Governador e Capitão-General da Baía, e Manuel Maria José Ferrão de Castelo Branco, 9.º Conde da Ponte (1874-1945), que se distinguiu nas campanhas de Moçambique, ao lado de Mouzinho de Albuquerque, tendo, posteriormente, como oficial da Armada, ocupado postos em Moçambique e na Índia.

A sucessão dos Condes da Ponte não foi linear, tendo, até à atualidade, ocupado esse mesmo título a linhagem Melo Torres (com início no 1.º Conde da Ponte), a linhagem Saldanha da Gama de Melo e Torres (com início no 4.º Conde da Ponte) e a linhagem Castelo Branco (com início no 9.º Conde da Ponte).

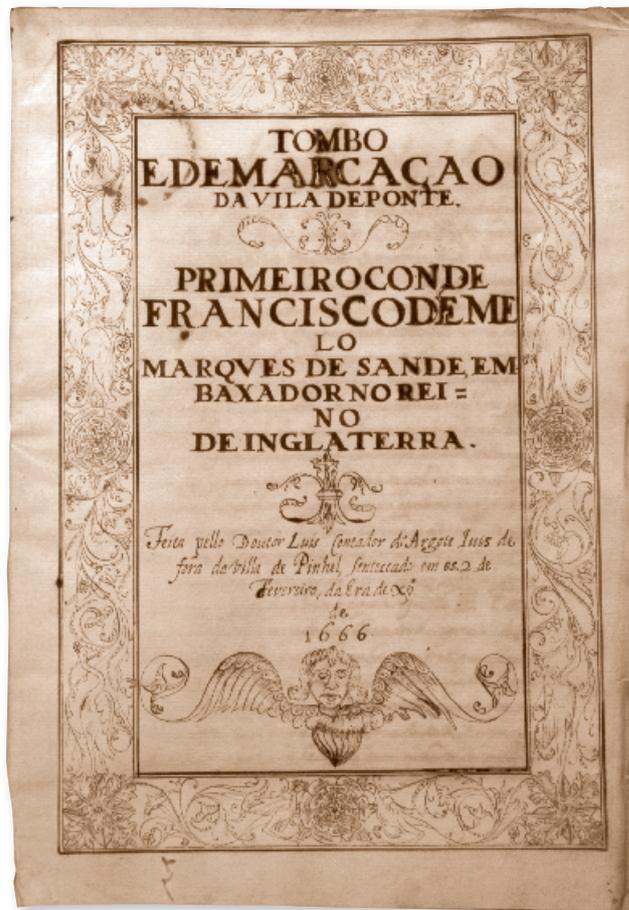
O Arquivo dos Condes da Ponte é composto por 71 caixas, 49 pastas, 21 livros e 22 maços, em pergaminho e papel, com as datas compreendidas entre 1407-1886, e documentação transcrita c. 1970.

A documentação deste fundo é diversificada, nele existindo:

a) documentação familiar, como testamentos, contratos de casamento, contratos de partilhas, autos de limpeza de sangue (levantados em Málaga), árvores e apontamentos genealógicos, concessões de títulos nobiliárquicos, de cargos da Casa Real, de cargos dos Conselhos de Estado, do Conselho de Guerra, do Conselho Ultramarino, de Alcaide-Mor da Vila de Terena, de Vedor da Fazenda de Goa, de Vice-Rei da Índia, de mercês «da viagem da China ao Japão» e cartas de padrão de tenças. Salienta-se, ainda, a existência neste fundo, de documentos produzidos por António Saldanha da

Gama, Conde de Porto Santo – entre os quais o original da carta de mercê do título de Conde de Porto Santo;

b) documentação relativa aos cargos públicos ocupados pelos vários condes da Ponte, como, cartas – isoladas ou em maços – de vários reis de Portugal (Filipe I, Filipe II, Filipe III, da Rainha Luísa de Gusmão, de Afonso VI, Pedro V, Luís I, da Imperatriz viúva do Brasil e duquesa de Bragança, Amélia de Leuchtenberg) para o Conde da Ponte, sobre negócios públicos, copiadores e «listas de cartas»; cartas escritas por João de Saldanha da Gama, Vice-Rei da Índia, para várias personalidades da Índia e de Portugal (1724-1726), e, ainda, atestados de proibidade e de bons serviços, passados a favor de vários condes da Ponte, e cartas de quitação de vários reis de Portugal, por quantias despendidas pelos mesmos condes em diversas embaixadas. A esta categoria documental (documentos de caráter público) pertence, ainda, a correspondência recebida ou expedida por Francisco de Melo [Torres], entre 1640 e 1671, enquanto Marechal-de-Campo e General de Artilharia do Alentejo (cartas recebidas do Rei João IV de Portugal), enquanto embaixador extraordinário junto do Protetor de Inglaterra, Oliver Cromwell, e enquanto embaixador extraordinário junto do Rei Carlos II de Inglaterra. Nesta qualidade, recebeu cartas de diplomatas e de personalidades e membros do Governo dos Estados Pontifícios, de



França, da Holanda, como António Raposos, de Amsterdão, Lord Sandwich, Duque de Manchester, Conde de Clavedon, Geral da Companhia de Jesus, em Roma, Francisco de Távora, embaixador em Roma, Cardeal Orsini, Conde Russel, Princesa Elizabeth, e outros. Esta correspondência foi alvo de transcrição sistemática.

Também se encontra neste fundo, com o título de «Negociações com Roma», um volumoso processo das negociações entre Portugal e a Santa Sé sobre o Padroado Português do Oriente (1848-1857), em que representou Portugal o Barão de Venda da Cruz, com cópias e documentos originais de Rodrigo da Fonseca de Magalhães, do Ministro da Marinha e Ultramar, do Governador da Índia,

do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, bem como de Cartas Patentes do Rei Pedro V;

c) Documentação de natureza patrimonial, como escrituras de venda e aforamentos de propriedades em Lisboa, Aldeia Galega, Assequins, Unhos, Cortegaça, Sintra, Azambuja, na aldeia da Ponte, termo de Sernancelhe, e de engenhos, terras e fazendas de açúcar, no Brasil, Capitania de Ilhéus; sentenças judiciais sobre dívidas e sobre as joias dadas ao Marquês de Sande pelos reis de França e de Inglaterra (1668), bem como documentos e tombo das comendas de São Pedro Fins da Marinha, de São Marinho de Freixedas, de Montemor-o-Novo, de São Salvador de Fornelos,

de Santa Maria dos Açougues, São Tiago de Guilhofrei, São Miguel de Fornos, de Salvaterra de Magos, e de Alcains, todas da Ordem de Cristo e, ainda, inventários de propriedades e bens do Conde da Ponte na província da Baía;

d) Documentos de natureza literária – como cópias de cartas e de anotações de Francisco de Quevedo de Villega, poesias satíricas de natureza social – política, diplomática – relatos de embaixadas – e científica – Aritmética, Geometria, Astronomia, documentos e dicionários de indiano e de árabe, pertencentes ao 9.º Conde da Ponte.

António Frazão

GABINETE DE SALVAGUARDA
DO PATRIMÓNIO / DGARQ

AGENDA

Exposições



Oh!...A República... Um Século de Memórias

É O CONTRIBUTO DO ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo para as Comemorações do Centenário da República. Integra 3 núcleos distintos, mas complementares, a saber:

1. Um dia, dois fotógrafos: o 5 de outubro visto por Joshua Benoliel e Aurélio da Paz dos Reis.

2. O impacto da República nos Arquivos: novo enquadramento legal e políticas de descentralização – os novos Arquivos.

3. Comemorar as comemorações: a celebração das datas simbólicas da República ao longo do século. ♦

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Alameda da Universidade, 1649-010 Lisboa · Tel.: 217 811 500
Fax 217 937 230 · grec@dgarq.gov.pt · www.dgarq.gov.pt · Horário da exposição: 2.ª a 6.ª das 10h00 às 19h30 · Sábados das 9h30 às 12h30 · Entrada livre



Homenagem a Aurélio da Paz dos Reis

TENDO COMO MOTE AS COMEMORAÇÕES do Centenário da República, o CPF dedica o espaço «Documento do Mês» de 2010 ao cidadão republicano Aurélio da Paz dos Reis (1862-1931).

Fotógrafo português, introdutor do cinema em Portugal e respeitável cavalheiro, a participação na revolta de 31 de janeiro de 1891 e o seu empenhamento militante pelo ideal republicano valeram-lhe dois encarceramentos no Edifício da Cadeia da Relação do Porto, atualmente sede do CPF, onde, ironicamente, hoje se encontra o seu extraordinário espólio.

Com ligações à Maçonaria, o autor foi ainda vereador e presidente substituto da Câmara Municipal do Porto e cooperou com inúmeras instituições culturais e de beneficência.

Até final do ano, o CPF mostrará objectos pessoais e outros itens menos conhecidos desse incomparável espólio no 2.º piso do seu Edifício sede. ♦

Centro Português de Fotografia/Direção-Geral de Arquivos – Edifício da Cadeia da Relação do Porto Campo Mártires da Pátria · 4050-368 Porto Portugal · Tel. +351 222 076 310 · Fax. +351 222 076 311
mail@cpf.dgarq.gov.pt · www.cpf.pt · Horário: 3.ª a 6.ª das 10h00 às 12h30 e das 15h00 às 18h00
Sábados, Domingos e Feriados das 15h00 às 19h00 · Entrada Livre

